

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

ATA Nº. 2/2018

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24/10/2018

---Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, pelas quinze horas e quinze minutos, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, em Faro reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

1- Aprovação da ata;-----

2- Apreciação e aprovação da 3.^a alteração ao Mapa de Pessoal 2018;-----

3- Acompanhamento da Actividade da Comunidade Intermunicipal:-----

3.1 - Algarve 2030;-----

3.2 - Autoridade de Transportes;-----

3.3 - Plano de Alterações Climáticas;-----

3.4 - Rede Investalgarve;-----

3.5 - Gabinete Florestal e Brigada de Sapadores;-----

3.6 - Formação Profissional;-----

3.7 - Outros.-----

4- Debate sobre a delegação de competências prevista na Lei nº 50/2018 de 16 de agosto (descentralização).-----

---Estiveram presentes os seguintes membros:-----

---Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões em substituição de Maria Eugénia Xufre Baptista (PS), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (PS), Milene Sofia Gonçalves Nobre em substituição de José António Teixeira Pinheiro Moreira (PS), Abílio Frade da Encarnação (PSD), Manuel Alberto Santinhos Cristo (PS), José António Duarte (CDU), José Luís Afonso Domingos (PS), Victor Hugo Gregório Palma (CDS), Ilda Maria Lita Pereira Silva (PS), Carlos Alberto (PS), Pedro Gonçalves Custódio Valente (CDS), Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira (BE), Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD), Victor Grade Sobral em substituição de José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Joaquim José Martins Cabrita (PSD), Sofia Alexandra Espada Gregório (PS), Paulo José



ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

ATA Nº. 3/2018

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24/10/2018

---Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, pelas quinze horas e quinze minutos, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, em Faro reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

1- Aprovação da ata;-----

2- Apreciação e aprovação da 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2018;-----

3- Acompanhamento da Actividade da Comunidade Intermunicipal:-----

3.1 - Algarve 2030;-----

3.2 - Autoridade de Transportes;-----

3.3 - Plano de Alterações Climáticas;-----

3.4 - Rede Investalgarve;-----

3.5 - Gabinete Florestal e Brigada de Sapadores;-----

3.6 - Formação Profissional;-----

3.7 - Outros.-----

4- Debate sobre a delegação de competências prevista na Lei nº 50/2018 de 16 de agosto (descentralização).-----

---Estiveram presentes os seguintes membros:-----

---Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões em substituição de Maria Eugénia Xufre Baptista (PS), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (PS), Milene Sofia Gonçalves Nobre em substituição de José António Teixeira Pinheiro Moreira (PS), Abílio Frade da Encarnação (PSD), Manuel Alberto Santinhos Cristo (PS), José António Duarte (CDU), José Luís Afonso Domingos (PS), Victor Hugo Gregório Palma (CDS), Ilda Maria Lita Pereira Silva (PS), Carlos Alberto (PS), Pedro Gonçalves Custódio Valente (CDS), Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira (BE), Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD), Victor Grade Sobral em substituição de José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Joaquim José Martins Cabrita (PSD), Sofia Alexandra Espada Gregório (PS), Paulo José



Dias Morgado (PS), Rui Filipe Machado de Araújo (PSD), Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (PS), Adriano Lopes Gomes Pimpão (PS), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista (PS), João Luís Calçada Correia (PS), João Manuel Guerreiro da Conceição (PS), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), José Armando Vicente Ramos Lopes (PSD), João Luís Relvas Henrique Charrão (PS), Carlos Manuel Parente da Silva (PSD), João Gabriel Calabreta Martins (PS), Catarina Andreia da Conceição Nunes do Poço (PS), Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD), Joaquim Manuel das Neves Catarino (PS), Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas (PS), Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira (PSD), Vítor Manuel Sequeira Rodrigues (CDU), Marco António Baeta Jónia (CDU), Gildásio Martins dos Santos (PSD), Sílvia Alexandra Sanches Soares em substituição de José Otilio Pires Baia (PS), Maria José Dias da Palma Simão Mestre em substituição de Joaquim José Brandão Pires (PS), Jorge Humberto Martins Corvo em substituição de Muriel Cristina Dias (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Paulo José Boto Silva em substituição de Ana Bela da Conceição Martins (PS), António José Frutado Baptista em substituição de Anabela Dias Pereira (PS), João Manuel Lopes Rodrigues (PSD), António Manuel Cipriano Cabrita (PSD), Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro (PS) e José Estevão da Cruz (CDU)-----

---Esteve ainda presente o Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL, senhor Jorge Manuel Nascimento Botelho e o Primeiro Secretário, Joaquim José Brandão Pires.-----

---Eleitos que não estiveram presentes mas apresentaram justificação: Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Mário Baião Botelho da Silva (PSD), Joaquim dos Santos Vairinhos (PS).-----

---Eleitos que não estiveram presentes e não apresentaram justificação: João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD), José Manuel Figueredo Santos (PS), Ana Sofia Belchior da Silva (PS)-----

---A mesa estava constituída pelo seu Presidente, senhor Adriano Lopes Gomes Pimpão, Vice-Presidente, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas e secretária, Ilda Maria Lita Pereira Silva.-----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente da mesa declarou aberta a sessão. -----

--- **1 - Aprovação de ata:** Colocada à votação a ata da sessão anterior, a mesma foi aprovada por unanimidade dos membros presentes, naquela sessão.-----

--- **2 - Apreciação e aprovação da 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2018:** - A pedido do Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário informo que esta



alteração ao mapa de pessoal deve-se ao fato de inicialmente estar previsto na candidatura submetida ao ICNF para a brigada de sapadores florestais, doze assistentes operacionais e dois encarregados operacionais e posteriormente, aquando da decisão da abertura para os concursos de recrutamento para o preenchimento das vagas em causa, detetar-se que os catorze postos de trabalho tem que ser todos na categoria de assistentes operacionais, uma vez que a Brigada não prevê encarregados operacionais. Analisado o assunto, a Assembleia Intermunicipal passou à votação do referido documento, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

--- **3 - Acompanhamento da Actividade da Comunidade Intermunicipal:** O Primeiro Secretário, senhor Joaquim José Brandão Pires esclareceu que, na sequência da solicitação efectuada por esta Assembleia, a AMAL decidiu fazer uma apresentação técnica sobre os principais projetos e estudos que tem em curso, recorrendo-se para o efeito, à intervenção nesta sessão, dos colaboradores que estão envolvidos na elaboração dos mesmos.-----

---Para além dos projetos e Planos mencionados na ordem de trabalhos, foram ainda incluídos, a questão da taxa turística e central de compras. Os técnicos da AMAL passaram às suas apresentações, pela ordem seguinte:-----

3.1- Taxa Turística - Este tema teve a cargo da técnica superior da AMAL, Rogéria Madeira, que fez uma apresentação sobre o enquadramento jurídico e a metodologia para a elaboração dos regulamentos que vierem a ser implementados por parte dos municípios do Algarve e foram dadas algumas orientações base para a criação da respectiva taxa.-----

3.2- Algarve 2030 - O Primeiro Secretário, Joaquim José Brandão Pires fez uma breve apresentação sobre o documento estratégico designado “ O Algarve 2030 na perspectiva dos municípios”, cujo objetivo visa a preparação do Algarve para responder aos desafios, da próxima década e dotar a região de instrumentos que a possam tornar mais competitiva, com uma economia dinâmica e sustentável.-----

3.3- Central de Compras - A apresentação desta matéria foi da responsabilidade do técnico superior da AMAL, João Maria Graça que em traços gerais deu conhecimento do processo de funcionamento da central de compras e os acordos quadro já celebrados.-----



3.4- Formação Profissional - A técnica superior da AMAL, Teresa Rocha, apresentou um pequeno historial sobre o processo de formação na AMAL, sua acreditação e o trabalho desenvolvido ao longo de duas décadas. -----

3.5- Rede Investalgarve - Pelo técnico superior da AMAL, Sérgio Inácio foi efetuada uma apresentação, na qual deu conhecimento do trabalho realizado pela AMAL, na articulação entre entidades públicas e privadas, para facilitação e estímulo à actividade económica da região e novos desafios na área do Investimento.-----

3.6- Gabinete Florestal e Brigada de Sapadores – Em virtude de se encontrar em formação, o técnico responsável por esta área, Pedro Chaves, a apresentação desta matéria este a cargo da técnica superior, Dina Pereira que fez o enquadramento legal sobre a criação do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal e Brigada de Sapadores Florestais, sua missão e objectivos.-----

3.7- Plano de Alterações Climáticas - Pelo senhor Professor doutor Luís Filipe Dias, em representação do consórcio liderado pela FCIências.ID – Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, contratado para a elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da AMAL foi feita uma apresentação aprofundada sobre o trabalho em curso.----

3.8- Autoridade de Transportes – O colaborador da empresa, JPAB-José Pedro Aguiar-Branco Advogados, contratada para assessorar a AMAL nesta matéria, Carlos Lopes, fez o enquadramento jurídico do novo regime do serviço público de transporte rodoviário de passageiros e sobre as competências das AMAL como Autoridade de Transportes.-----

---Todas as apresentações foram impressas e numeradas pela ordem da sua exibição e fazem parte integrante da ata.-----

---Após as apresentações, registou-se um pequeno debate e foram prestados os esclarecimentos solicitados.-----

---Todos os intervenientes agradeceram e felicitaram os técnicos da AMAL pelas excelentes apresentações e pelo trabalho realizado, alongo destes anos. Foram unanimes em reconhecer que nesta sessão foi possível ter-se conhecimento do verdadeiro trabalho



que a AMAL desenvolve em prol do Algarve e que muitos, por desconhecimento das suas ações não valorizam a sua importância na região.-----

4.- Debate sobre a delegação de competências prevista na Lei nº 50/2018 de 16 de agosto (descentralização) – Devido ao adiantado da hora, a discussão deste assunto passou para a próxima sessão da Assembleia.-----

---Posto isto, foi colocada para aprovação a minuta das deliberações tomadas, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.-----

---Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão quando eram dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito, a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Intermunicipal



A Secretária



TAXA MUNICIPAL JURÍDICA

Avaliação da Metodologia para o Reajustamento

Assentada Inter municipal

1400 2416 000000002016



Taxa Municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

O turismo é a principal atividade económica do Algarve e, atualmente, um dos “motores” da economia nacional, situação para a qual os Municípios contribuem de forma inequívoca, suportando os custos inerentes a essa atividade e que permitem tornar a região atrativa para os turistas.

A introdução da taxa turística visa, assim, imputar ao turista uma parte dos custos que os Municípios suportam durante a sua estada.

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Taxa

Lei Geral Tributária

O n.º 2 do seu artigo 4.º diz que “2 - As taxas assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização de um bem do domínio público ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.”

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Taxa

Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais - Lei n.º 56-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual.

O artigo 3.º refere que “As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.”

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Taxa

A taxa é uma receita tributária que tem caráter **sinalagmático, bilateral**. Pressupõe uma **contrapartida efetiva** por parte da Administração, seja pela prestação de um serviço, pela disponibilização de um bem do domínio público ou privado ou na remoção de um obstáculo jurídico.

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Tratando-se de uma atividade transversal a toda a região, a introdução desta taxa deve assentar num processo simultâneo e com contornos idênticos nos vários Municípios, atendendo, naturalmente, à suas especificidades e ao serviço que cada um, em particular, vai prestar ao turista no seu concelho e que justifica, assim, a cobrança da mesma.

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Assim sendo, por deliberação de 21 de setembro de 2018, o Conselho Intermunicipal aprovou alguns termos e condições base, transversais a todos os Municípios, e que cada um deve transpor e adaptar à sua realidade, elaborando o seu regulamento, que deverá ser posteriormente aprovado pelos respetivos órgãos executivo e deliberativo:

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

- i. O valor da taxa turística será de 1,5 € (um euro e cinquenta cêntimos);
- ii. A taxa será cobrada apenas durante os meses de março a outubro de cada ano (isenta-se do pagamento os meses de janeiro, fevereiro, novembro e dezembro de cada ano);
- iii. A taxa será cobrada aos hóspedes com idade igual ou superior a 13 (treze) anos (jovens até 12 anos ficam isentos);

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

- iv. A taxa será aplicada até ao máximo de 7 (sete) dias de estada consecutivos (a partir do 8.º dia e dias subsequentes há isenção);
- v. Os regulamentos municipais da taxa municipal turística devem entrar em vigor, preferencialmente, no dia 1 de março de 2019.

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Nota justificativa e objeto

Cada Município deve justificar e fundamentar a criação da taxa, de acordo com as suas especificidades e com os motivos que levaram, cada em especial, a criar a mesma.

Ou seja, cada um tem de definir qual o serviço que vai prestar, ou que bens do domínio público ou privado dos Municípios vão ser objeto de uma utilização privada, ou que obstáculo jurídico vai ser removido, que justifiquem o pagamento da taxa por parte do turista.

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Fundamentação económico–financeira

A criação da taxa depende também de uma fundamentação económico-financeira, igualmente a ser efetuada por cada Município, de acordo com as suas especificidades e de acordo com a fundamentação utilizada para a sua criação.

Poderá ter em conta os custos relacionados com a segurança, a cultura e animação, o ambiente, a limpeza urbana e praias, os transportes, a promoção turística, infraestruturas turísticas, etc.

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Reajustamento

Estimativa do impacto financeiro anual por Município

Algarve	
Algarve	25000000
Albufeira	10653692
Alcoutim	2270,479
Aljezur	22846,33
Castro Marim	216727,1
Faro	509849,4
Lagoa	2086303
Lagos	1436313
Loulé	3348464
Monchique	158908,7
Olhão	158908,7
Portimão	3121244
São Brás de Alportel	2270,479
Silves	461232,6
Tavira	931157,5
Vila do Bispo	439021
Vila Real de Santo António	1571886

Taxa municipal Turística – Avaliação da Metodologia para o Regulamento

Obrigada!



Doc. U32

O Algarve pós 2020 na Perspetiva dos Municípios

(Contributo para a Reflexão Portugal 2030)

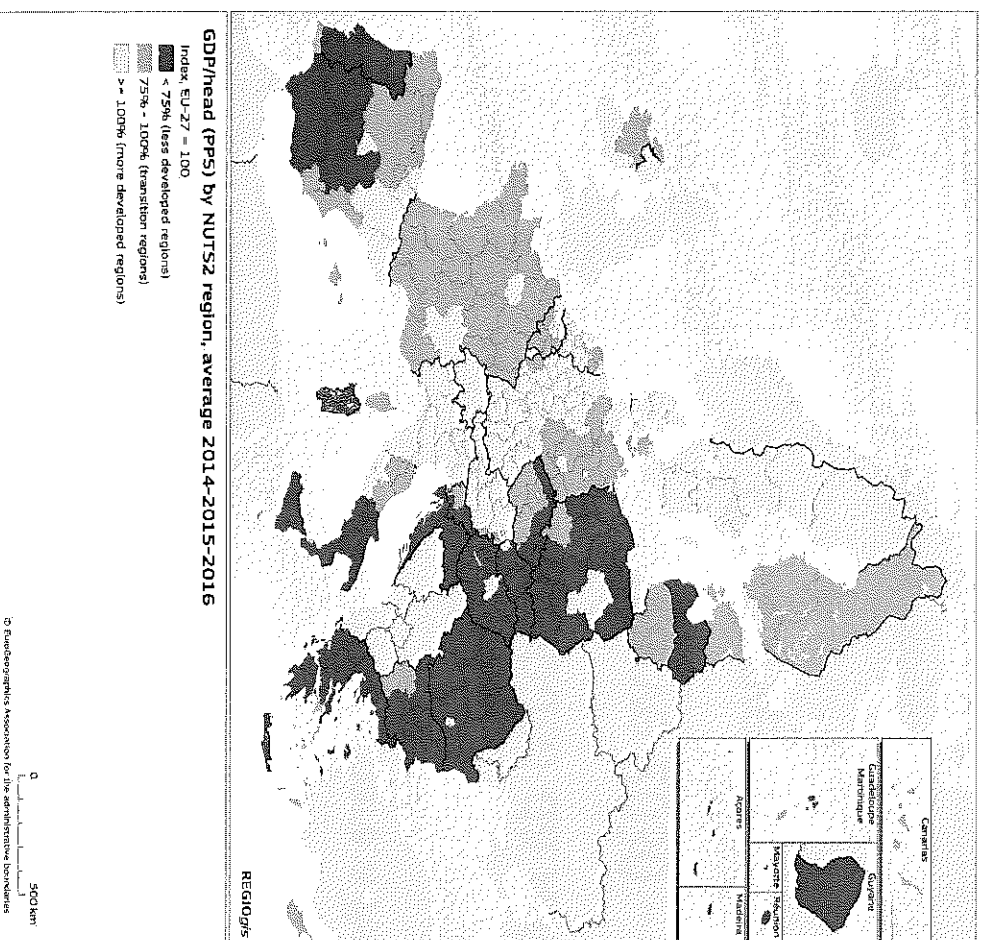
- ✓ Contributo da AMAL para o PNI 2030;
- ✓ O Algarve 2030 - Propostas;
- ✓ O Algarve 2020-2030 - Documento completo

Assembleia Intermunicipal do Algarve,

Faro, 24 de Outubro de 2018

Enquadramento do Algarve 2020 - 2030

Níveis de Desenvolvimento das Regiões da Europa 2021-2017 (NUTS 2)



Taxas Médias de Participação

Taxa	Tipologia
70%	Regiões menos desenvolvidas
55%	Regiões ultramarinas
40%	Fundo de Coesão
	Interreg
	Regiões em transição
	Regiões mais desenvolvidas

Valores possíveis a afectar ao Algarve

Tipologias	2021-2027	2014-2020
Fundo de Coesão	80 - 100	110-130
Fundos estruturais	235-300	318
Total	315 - 400	428 - 448

Brandão Pires (jpires@amal.pt)Faro,
24/10/2018

1. Governação Regional e Investimento Público

- ▶ Construir uma Estratégia Regional do Algarve para a próxima década, numa base de grande participação, negociada e aceite pela região;
- ▶ Estabelecer um Pacto Regional para a governança garantindo uma liderança regional legitimada, bem como um Programa de Infra-estruturas e Equipamentos a executar em 10 anos, com calendário e programação financeira;
- ▶ Constituir um Fundo de Coesão Regional que resulte da comparticipação dos Fundos comunitários, do Estado Central, dos Municípios e Outros.
- ▶ Fomentar o ressurgimento da Televisão Regional e a regularidade de conteúdos noticiosos sobre a região.

Brandão Pires (jpires@amal.pt)
Faro, 24/10/2018

2. Demografia

- ▶ No Algarve faltam pessoas. Sobreretudo pessoas em idade ativa. O Algarve está a ficar envelhecido, como o país. Impõe-se desenvolver políticas ativas de captação de população jovem;
- ▶ Promover a Universidade do Algarve enquanto instituição de acolhimento de uma grande comunidade de estudantes internacionais;
- ▶ Fomentar a contratação de uma Agência com a incumbência de captar e orientar investimento produtivo para o Algarve. Estar atento às oportunidades decorrentes do BREXIT.

Brandão Pires (jpires@amal.pt)
Faro, 24/10/2018

3. Baixa Densidade e Interioridade

- ▶ Desbloquear os territórios do interior, passa por intervenções integradas. A animação de terreno, o agenciamento do desenvolvimento e a formação, são essenciais para uma estratégia ganhadora. Os atuais menus não permitem. As boas práticas do passado, metodologia Leader, referenciadas e premiadas foram interrompidas.
- ▶ Estabelecer um Programa de Desenvolvimento Integrado para o Interior do Algarve de base comunitária multi-fundos e de acordo com a metodologia LEADER;
- ▶ Criar de uma fonte de financiamento especial para o desenvolvimento local de base comunitária (Fundo DLBC), para o qual contribuiriam os quatro FEEI (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP). Para se alcançar resultados, há que investir verbas suficientes, para ter impacto;
- ▶ Concretizar um Plano de infra-estruturas de rede de suporte ao desenvolvimento e Instalar uma “rede digital de alta velocidade” no interior;

Brandão Pires (jpires@amal.pt)
Faro, 24/10/2018

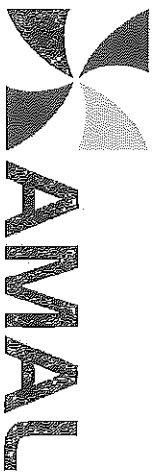
4. Mobilidade e Habitação

- ▶ O Algarve é a região do país com pior cobertura de transportes públicos. A taxa de utilização de transporte coletivo em Portugal é muito baixa, 20%, mas a do Algarve é cerca de metade desta, 10%;
- ▶ Deveremos dar grande importância aos sistemas Multimodais que permitam combinar modos de transportes e fazer facilmente a transição entre eles;
- ▶ Manter a requalificação regular da EN125 e estudar as várias possibilidades de tornar a A22 mais utilizada;
- ▶ Electrificação da ferrovia nos troços entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos de modo a permitir a utilização de tração eléctrica pelos serviços regionais;
- ▶ Garantir a colocação de casas no mercado habitação a custos controlados a fim de satisfazer a procura não satisfeita;
- ▶ Reforçar a importância da habitação social na oferta regional.

Brandão Pires (jpires@amal.pt)
Faro, 24/10/2018

Muito obrigad@ 😊

Brandão Pires (jpires@amal.pt) Faro, 24/10/2018



Comunidade Intermunicipal do Algarve



CENTRAL DE COMPRAS

por. u. 3



CONSTITUIÇÃO

- Constituída em 2010, é um dos pilares da atividade da AMAL.
- Comissão de Acompanhamento:
 - 1 representante de cada Município
 - Propõe os produtos e serviços a adquirir
- Abrange os 16 Municípios e 12 Empresas Municipais.
- Pretende-se alargar a adesão às Juntas de Freguesia.

ATIVIDADE - ACORDOS QUADRO



- Resultam de concursos públicos internacionais.
- Selecionam fornecedores.
- Estabelecem os preços máximos, prazos, entre outros.
- O recurso é facultativo.
- **POUPANÇA ADMINISTRATIVA SIGNIFICATIVA** - Não é necessário elaboração do caderno de encargos – apenas o envio de um convite.

VIDEO – I FÓRUM NACIONAL

- Em 2016 a AMAL e a CIM Região de Leiria organizaram o I Fórum Nacional de Centrais de Compras Intermunicipais

- Vídeo

CENTRALDECOMPRAS.AMAL.PT

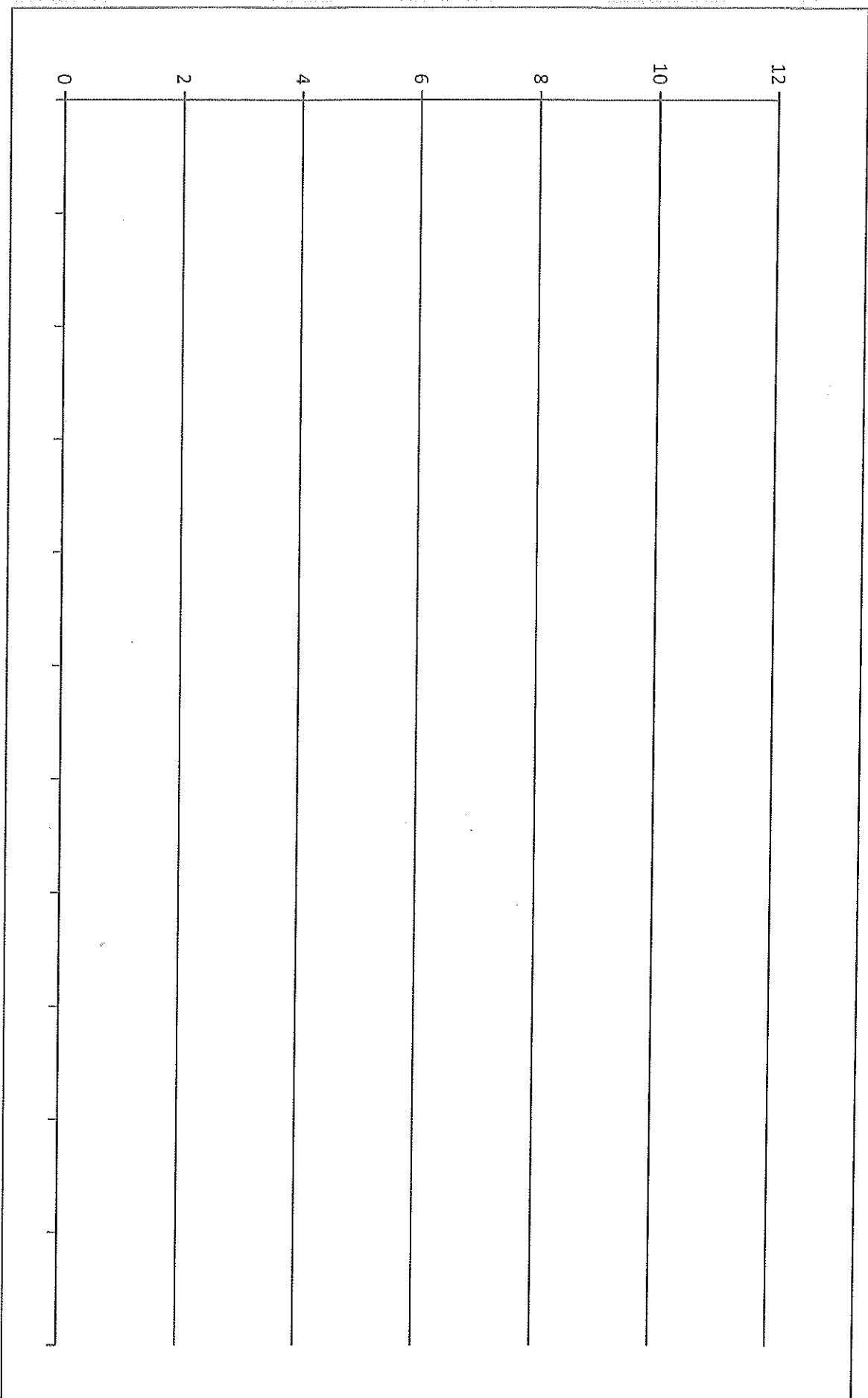
24 acordos quadro celebrados

- » Refeições escolares » Unidades de Saúde Móveis de Proximidade » Energia elétrica (2 AQ)
- » Combustíveis rodoviários (2 AQ) » Contadores de água e sistemas de telemetria
- » Locação de stands, tendas, palcos e outro equipamento
- » VCI - Veículos de combate a incêndios » Material elétrico
- » EPI - Equip. proteção indiv. Bombeiros » Plataforma eletrônica de contratação pública
- » Produtos para tratamento e análises das águas » Telecomunicações fixas e móveis de voz e dados
- » Papel » Economato » Consumíveis de informática » Produtos de higiene e limpeza
- » Licenciamento de Software » Quadros Interativos
- » Sinalética e Marcação de Estradas » Veículos de Comando Tático » Inertes de Calcário
- » Ferramentas e Equipamento de Medição Elétrica

TOTAL CONTRATADO:

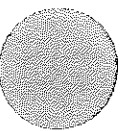
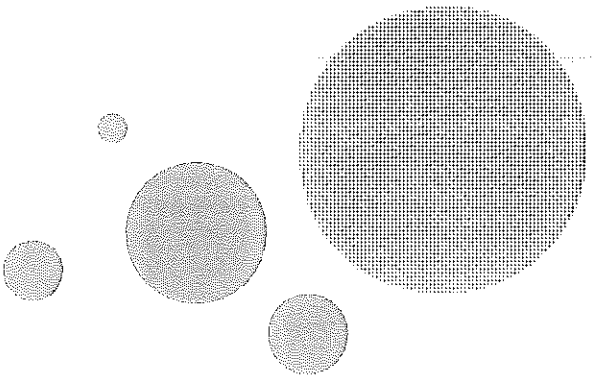
67 MILHÕES DE EUROS

TOTAL AQUISIÇÕES - 2010/2018



U

FORMAÇÃO



Enquadramento



- A Formação é uma atribuição da AMAL, consagrada nos seus estatutos e enquadra-se na Unidade de Formação e Valorização de Ativos.
- Temos por missão promover a valorização profissional e a capacitação dos recursos humanos dos nossos associados, visando uma maior eficiência e qualidade nos serviços.

Histórico



- Em 1998 iniciámos a atividade formativa, promovendo ações realizadas por entidades formadoras externas, nomeadamente o CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- Desde agosto de 2003 somos Entidade Formadora Acreditada pelo CEFA.
- Em setembro de 2012, e de acordo com a Portaria 851/2010, de 6 de setembro, passámos a Entidade Formadora Certificada.

Certificação



○ **Intervenção Formativa** (domínios de intervenção) em que estamos certificados:

- Diagnóstico;
- Planeamento;
- Conceção de Programas;
- Organização e promoção;
- Execução e desenvolvimento;
- Acompanhamento e avaliação.



Certificação

○ **Áreas temáticas** (áreas de educação e formação) em que estamos certificados:

- Sociedade de Informação e Inovação;
- Gestão dos Serviços Públicos e Qualidade;
- Direito Administrativo;
- Gestão das Pessoas;
- Gestão Financeira e Contabilidade Autárquica;
- Imagem e Atendimento e Protocolo;
- Gestão Territorial e Urbanismo.

Modalidades de Formação



- Promovemos ações nas modalidades de formação de qualificação e aperfeiçoamento/atualização, organizada nos seguintes moldes:
 - Formação presencial em sala – ações de curta e média duração, nas quais se privilegia o grupo enquanto elemento facilitador de aprendizagem e troca de experiências;
 - Formação-ação – desenvolvida em contexto organizacional e mobiliza competências que sirvam uma estratégia de mudança.

Destinatários



- Trabalhadores da administração pública local.
- Promovemos uma formação inclusiva para todos os destinatários, fomentando a sua integração através das soluções mais adequadas a cada caso.



- Segurança Contra Incêndios em Estabelecimentos que recebem público **Projetos Prioritários** 300 m²;
- Especialização em Atendimento ao Público;
- Especialização em Auxiliares de Ação Educativa;
- Programa de Estágios para Administração Local;
- Atendimento Balcão Único;



Resultados

- Ações de Formação: 820;
- Participantes: 14 400 formandos;
- Horas de formação: 12 800.

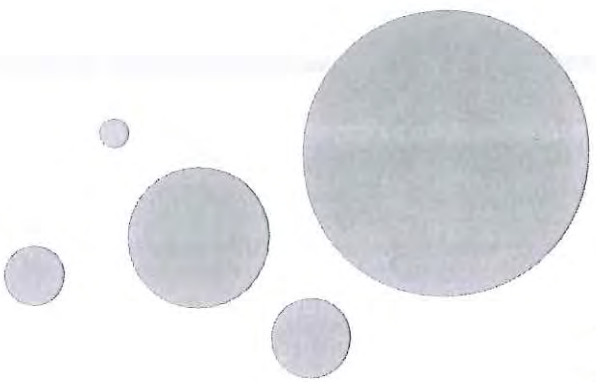


Formação 2019

- Em 2019 prevê-se continuar a desenvolver cursos de formação tendo por objectivo reforçar e desenvolver as capacidades e competências dos municípios.
- Implementação da plataforma de gestão integrada de formação, a qual para além de agilizar todo o processo inerente ao desenvolvimento de cursos de formação presencial, permitirá também promover cursos na modalidade *e-learning* e *b-learning*.



REDE INVESTALGARVE



O que é?

Parceria, à escala regional, entre entidades públicas e privadas.

Quem são os parceiros públicos?

- AMAL, Municípios
- Universidade do Algarve (CRIA)
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
- Enterprise Europe Network Algarve
- IAPMEI, IEFP, RTA

e OS PRIVADOS?

- Associações empresariais (ACRAL, AHETA, AHISA, ANJE, CEAL, NERA)
- ADL´s (Vicentina, Odiana, In Loco, Terras do B.G.)
- GAL`s (Terras do B.G., Algarve Central, ADERE)
- Agência de Desenvolvimento do Barlavento

O QUE É QUE FAZ ESTA PARCERIA?

Desenvolve um trabalho de articulação entre as várias entidades, para facilitação e estímulo à atividade económica da região.

COMO ESTÁ ESTRUTURADO O TRABALHO?

Plano de Ação -> Diagnóstico efectuado na região e que caracterizou o tipo de apoio que cada entidade presta no desenvolvimento da atividade económica da região.

Quais os eixos do plano de ação?

- Modelo de governação
- Comunicação e divulgação (boletim, site)
- Iniciativas de fomento ao empreendedorismo
- Iniciativas de fomento da dinâmica empresarial

COMO ESTAMOS A TRABALHAR?

- Ao nível técnico:
 - Núcleo de coordenação (AMAL, UAIG, NERA, ANJE)
 - Núcleo de implementação:
 - Municípios > Pontos de ignição > Gabinetes Investalgarve
 - Outras entidades > Mediadores especializados
- Ao nível político:
 - Conselho estratégico.

GABINETES INVESTALGARVE

- O que são?
 - Estruturas de acolhimento e encaminhamento de potenciais investidores.
- Que trabalho desenvolvem?
 - No acolhimento (ideia, projeto, exequibilidade, recursos necessários, perfil do promotor, ...);
 - No encaminhamento – encaminhar (quando justificável) os promotores para outras entidades da Rede e acompanhar os respectivos processos.

O que TEMOS FEITO

Ações de capacitação da Rede



O que TEMOS FEITO

Boletim Investalgarve



1º TRIMESTRE 2013

NOTÍCIAS

Algarve Invest

... (text continues) ...

AMAL



2º TRIMESTRE 2013

NOTÍCIAS

Algarve Invest

... (text continues) ...

AMAL



3º TRIMESTRE 2013

NOTÍCIAS

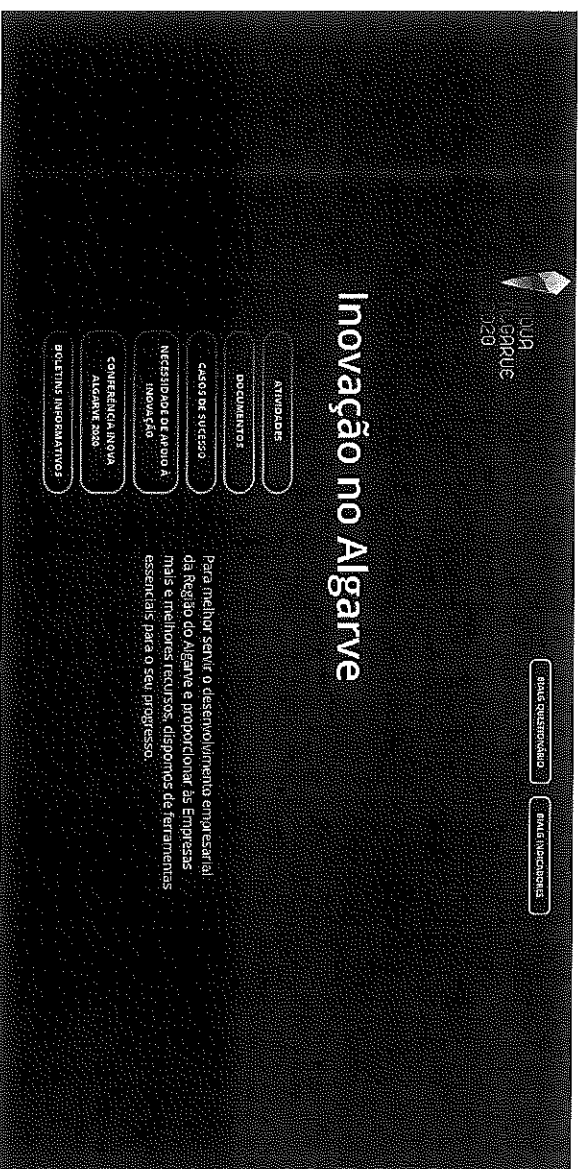
Algarve Invest


... (text continues) ...

AMAL

O que TEMOS FEITO

Candidaturas conjuntas





[Mais candidaturas](#)
[Mais notícias](#)

Inovação no Algarve

Para melhor servir o desenvolvimento empresarial da Região do Algarve e proporcionar às Empresas mais e melhores recursos, dispostos de ferramentas essenciais para o seu progresso.

- ATIVIDADES
- DOCUMENTOS
- CASES DE SUCESSO
- NECESSIDADES DE APOIO À INOVAÇÃO
- CONFERÊNCIA INOVA ALGARVE 2020
- BOLETIM INFORMATIVO



ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE DAS ÁREAS DE ACOUMENTO EMPRESARIAL

2019-2020

KPMG

Desafios futuros

- **Dinamizar a Rede Investalgarve:**
 - Gabinetes Investalgarve em todos os municípios
 - Capacitação contínua. Comunicação da Rede (boletim, site)
 - Participar em projetos que apoiem e dinamizem a atividade económica na região
- **Captação investimento produtivo para a região**
- **Qualificar as áreas de acolhimento empresarial**

Gabinete Técnico Florestal e Brigada de Sapadores Florestais

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL

e

Brigada de Sapadores Florestais

Enquadramento:

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de

27 de Outubro (aprova alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais) contempla uma reforma do sistema de defesa da floresta que se encontra orientada em três grandes princípios:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL

e

Brigada de Sapadores Florestais

1. O princípio da aproximação entre prevenção e combate;
2. O princípio da profissionalização e capacitação do sistema;
3. O princípio da especialização.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL e Brigada de Sapadores Florestais

No âmbito da reforma em curso as CIM's foram estimuladas, pelo Governo, a apresentar duas candidaturas, ao Fundo Florestal Permanente, para a constituição de um **GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL** e para a criação de uma **BRIGADA DE SAPADORES FLORESTAIS**.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

INTERMUNICIPAL

MISSÃO

Contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais na sua área de intervenção, através da divulgação das políticas florestais, disponibilização e difusão de informação técnica de âmbito florestal.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL

Para o funcionamento do GTFL, a AMAL obtém um financiamento anual de **23.800€**, para a contratação de um técnico superior.

A candidatura foi aprovada para um período de 2 anos.

Brigada de Sapadores Florestais

A criação da brigada visa contribuir para a diminuição do risco de incêndio através da prevenção, com o exercício de actividades de silvicultura e defesa da floresta.

Brigada de Sapadores Florestais

Principais OBJECTIVOS:

- ▶ Intervir no âmbito da instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios;
- ▶ Realizar ações de redução de combustível; e ainda:

Brigada de Sapadores Florestais

- **Efectuar a primeira intervenção em incêndios nascentes e reforçar a vigilância armada antes e pós incêndio;**
- **Intervir nas acções de consolidação e pós fogo;**
- **Intervir nas acções de estabilização de emergência.**

Brigada de Sapadores Florestais

A Brigada de Sapadores Florestais deverá manter-se operacional por um período mínimo de 5 anos.

O seu funcionamento implica um custo anual, para os municípios, em média, de 232 mil euros.

Brigada de Sapadores Florestais

UM: €

Rúbricas	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	TOTAL
Despesas						
Recursos humanos	239.295	244.081	248.963	253.942	259.021	1.245.302
Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (substituição)	14.000	14.280	14.566	14.857	15.154	72.857
Equipamentos Silvicultura	37.520	38.270	39.036	39.817	40.613	195.256
Viaturas	26.550	27.081	27.623	28.175	28.739	138.167
Outras despesas	6.350	6.477	6.607	6.739	6.873	33.046
Sub- Total	323.715	330.189	336.793	343.529	350.400	1.684.627
Candidatura POSEUR (máquina e zorra) contra-partida nacional (15%)		75.000				
Sub- Total		75.000				75.000
Total Despesas	323.715	405.189	336.793	343.529	350.400	1.759.627
Recetas						
Candidatura (Fundo Florestal Permanente)	120.000	120.000	120.000	120.000	120.000	600.000
Subvenção dos Municípios	203.715	285.189	216.793	223.529	230.400	1.159.627
Total Recetas	323.715	405.189	336.793	343.529	350.400	1.759.627